



01

Abertura

## 1.1 Carta do Prefeito

**É** com muita satisfação que a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro apresenta neste documento o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática (PDS), instrumento que materializa e atualiza uma visão da cidade construída coletivamente para os próximos 30 anos. O PDS é um plano de Estado que visa a estruturação de diferentes instâncias de planejamento setorial e assenta os trilhos que orientarão a cidade para alcançar o desenvolvimento sustentável de forma potente a partir do enfrentamento dos principais desafios de médio e longo prazo da cidade. Por meio do PDS estruturam-se, de forma transversal, novos programas, planos e ações com foco em uma cidade com maior qualidade de vida e menos desigualdades sócio-espaciais para tornar-se mais cooperativa, moderna e preparada para a liderança no enfrentamento às desigualdades, às mudanças do clima, às pandemias e aos demais grandes desafios contemporâneos.

As linhas mestras do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática são as quatro a seguir: (i) quais são as características da vida na cidade do Rio de Janeiro que o carioca espera encontrar em um cenário de 30 anos, definindo as perspectivas de longo prazo?; (ii) quais são os passos necessários nos primeiros 10 anos, ou seja, os resultados de curto e médio prazos que precisamos alcançar para trilharmos na direção dos nossos sonhos?; (iii) como integrar o planejamento municipal aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU enfrentando o desafio da sua transposição para a escala local?; (iv) como firmar o compromisso de contribuir em nível municipal para o cumprimento do Acordo de Paris, buscando a neutralidade de emissões de gases de efeito estufa e preparar a cidade e os cidadãos e cidadãs para melhor enfrentar os efeitos das mudanças do clima?.

O PDS é fruto de anos de debates intensos com entidades de classe, instituições de pesquisa, especialistas das mais

diversas áreas dos setores públicos e privados, ONGs e instituições internacionais e supranacionais e, o mais importante, amplas discussões com você, carioca, nascido ou adotado a Cidade Maravilhosa para viver. A bússola orientadora foram as metas e indicadores constantes na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, que reúne 169 metas e mais de 200 indicadores. O rebatimento para o nível local resultou em 134 metas e mais de 900 ações.

Com esse olhar para o futuro, houve um aprofundamento na forma de construção de planos participativos. O PDS foi erguido coletivamente a partir da premissa que o plano é da cidade e somente será realizado através da soma de ações públicas, de organizações locais, de cada indivíduo e de todos juntos. Desde a largada houve engajamento e soma em que todos e todas puderam falar e foram ouvidos. Ao todo, mais de 36 mil pessoas participaram ao longo de todo o processo, seja de forma online ou presencial. As crianças foram ouvidas diretamente, assim como os representantes da comunidade escolar nos diferentes recantos cariocas, os técnicos e especialistas, as organizações da sociedade civil e as empresas. A todos vocês, muito obrigado!

As formas e metodologias de trabalho também foram inovadas. Os processos participativos presenciais e online orientaram diferentes discussões técnicas a partir das quais foi possível definir qual cidade se quer alcançar nos próximos anos e quais os passos a serem dados de agora até 2030. O apoio e parceria com entidades externas proporcionaram a realização de workshops técnicos envolvendo a participação de profissionais representantes das mais variadas instituições. A pandemia impulsionou a continuidade do debate sobre o futuro e a construção de soluções, gerando uma série de webinars com especialistas, onde discutiram os eixos do PDS em cinco apresentações ao vivo pela internet, totalizando 10 horas de programação e mais de 8 mil visualizações.

## Os processos participativos presenciais e online proporcionaram a definição de qual cidade se quer alcançar nos próximos anos e quais os passos a serem dados de agora até 2030.

A pandemia reforçou ainda agendas cruciais de desenvolvimento, como a qualidade e alcance dos sistemas de saúde, a inovação na educação, as estruturas de teletrabalho, a relevância dos pequenos deslocamentos, da mobilidade ativa e múltiplos usos no território, a emergência do saneamento, do transporte eficiente, da recuperação econômica e da habitação para todas e todos. Nesse contexto, segue aqui representado, neste PDS, o repensar das ações de curto, médio e longo prazos, visando abarcar as dificuldades atuais e preparar a cidade para impactos similares no futuro.

Soma-se a isso o fato que a cidade, sede de históricos encontros mundiais como a Eco92 e a Rio+20, em 2012, é também referência em desenvolvimento sustentável. O PDS permitirá ao município manter-se na dianteira junto a outras cidades globais para uma sociedade mais inclusiva, equânime, justa e ambientalmente responsável. Pela inovação ser uma marca do carioca, entende-se que a direção deve ser para a economia de baixo carbono.

Assim, o crescimento econômico e a prosperidade das famílias precisam estar conciliados com a proteção dos ecossistemas, da paisagem carioca e associada à redução de emissões de Gases do Efeito Estufa - GEE. Os serviços de excelência precisam ser oferecidos com responsabilidade socioambiental e o aumento do consumo precisa acontecer através de uma produção ambientalmente sustentável, com uso de energia limpa para transportes e edifícios e reaproveitamento de resíduos, diminuindo assim emissões de GEE e garantindo uma cidade alinhada aos objetivos do Acordo de Paris.

Sendo assim, este documento abraça o compromisso de construir uma cidade neutra em emissões de GEE até 2050, bem como resiliente e adaptada às mudanças climáticas, com estratégias inovadoras e que sejam ainda inclusivas, para o pleno atendimento aos cidadãos e cidadãs mais afetados por elas.

Para o enfrentamento dessas inúmeras questões, foram elaboradas estratégias territoriais que reverberam o tecido urbano através de Corredores de Sustentabilidade que têm como foco a indicação de territórios prioritários de intervenção. Seus eixos identificados dividem-se em Azul, Verde, Laranja e Marrom, trazendo os conceitos mais modernos de planejamento sustentável no território e dando maior clareza a você, cidadã e cidadão carioca, quanto às prioridades para que o plano esteja no dia-a-dia de suas decisões de vida, inclusive.

Portanto, o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática vem para materializar as respostas para questões fundamentais ao futuro dos cariocas. Todas as metas e ações aqui estabelecidas vão na direção do enfrentamento dos maiores desafios.

Dessa forma, aqui estará colocada a agenda de desenvolvimento alinhada aos ODS incluindo, por exemplo, a erradicação da pobreza e da fome; redução das mortalidades materna, infantil e por violências; superação dos desafios para o envelhecimento com qualidade; atendimento específico às pessoas em situação de vulnerabilidade nas suas mais diversas naturezas; ampliação da oferta de habitação e melhorias das existentes; geração de bons empregos e crescimento econômico; ampliação da rede e da qualidade do transporte público; construção de espaços públicos agradáveis, seguros e voltados aos pedestres; novos paradigmas de governança pública; e transformação dos serviços de saúde e educação em linha com os grandes desafios a serem enfrentados nos próximos anos. Em suma, desafios maiúsculos para uma cidade que não prescinde de sua capacidade de se reinventar e se superar sistematicamente.

## A construção da cidade desejada já começou!

O Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática é o instrumento para a construção de uma nova realidade.

Juntos faremos mais!

**Prefeito Eduardo Paes**

# Carta do Secretário de Fazenda e Planejamento

O relatório da ONU, "Nosso Futuro Comum", definiu, em 1987, Desenvolvimento Sustentável como "o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades"

Em 1992, o Rio de Janeiro teve a grande oportunidade de sediar a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente, a Rio 92, onde os cem chefes de Estado que aqui estiveram adotaram a Agenda 21 como a primeira carta de intenções para promover, em escala global, um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI.

Nos anos 2000, a ONU lançou a Declaração do Milênio quando as nações se comprometeram a reduzir a pobreza extrema através de oito objetivos: erradicar a pobreza extrema e a fome, atingir o ensino básico universal, promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar saúde materna, combater o HIV e a Aids, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Vinte anos após a Rio 92, também na Cidade Maravilhosa, 193 delegações e representantes da sociedade civil, reunidos, reafirmaram o compromisso com o desenvolvimento sustentável resultando no documento "O Futuro que Queremos".

Já em setembro de 2015, os 193 Estados-membros das Nações Unidas reconheceram, durante a Cúpula sobre o Desenvolvimento Sustentável, a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, inclusive a pobreza extrema, como o maior desafio global e requisito indispensável para transformar o mundo sem deixar ninguém para trás e promover o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015). Assim, o documento

**Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, reconheceu 17 objetivos e 169 metas para serem alcançados nos próximos 15 anos.

Assim, a cidade do Rio de Janeiro inspirada no princípio de agir localmente e pensar globalmente tem produzido nos últimos anos instrumentos de gestão inovadores que possibilitam uma visão de médio e longo prazo sobre o que queremos para o nosso futuro dialogando e colaborando com as orientações universais para o Desenvolvimento Sustentável.

Nessa direção foi lançado em 2016, o Plano Visão Rio 500, que reuniu as aspirações para o Rio de Janeiro até 2065 distribuídas em 59 iniciativas e 68 metas organizadas ao redor de seis temas transversais.

Agora, em 2021, baseado nas aspirações do Plano Visão 500, estamos lançando o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática do Rio de Janeiro e apresentando projeções e cenários que deverão subsidiar as políticas públicas no âmbito do município até o ano de 2050.

## **Fortalecimento do planejamento e foco na gestão para resultados: esse é o caminho**

Planejamento para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs, trazendo inovação, sustentabilidade e desenvolvimento urbano e econômico. Este vem sendo o foco principal de nossas ações desde o dia 01 de janeiro de 2021 e visa trazer a cidade maravilhosa de volta à liderança da agenda contemporânea mundial, tendo como base o fortalecimento do planejamento e gestão de resultados.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática – PDS – atualiza a visão de longo prazo do município do Rio para 2050, grande marco internacional para o qual as grandes cidades globais estão mirando, especialmente após o Acordo de Paris.

Traz ainda metas de 10 anos, baseadas na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU, onde constituímos nossa Agenda 2030 Local, um marco inédito para a cidade e que a coloca na liderança no contexto nacional e da América Latina e em pé de igualdade às ambições das maiores metrópoles mundiais.

O Plano endereça questões fundamentais e basilares para melhoria da qualidade de vida em nossa cidade tão amada, como o enfrentamento às desigualdades, à redução da pobreza e erradicação da fome, e às mudanças climáticas. Também são nosso norte e prioridade máxima a busca pela boa qualidade dos serviços públicos, com ampliação do atendimento em saúde, educação, assistência social e transportes, questões ainda mais urgentes quando estamos em um momento histórico para nossa geração no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.

Neste atual contexto de grandes desafios, a cidade se vê no momento de dar largos passos para consolidar uma governança pública de qualidade, inovadora, que possa superar paradigmas e redirecionar o desenvolvimento para o baixo carbono, para a retomada com aumento do emprego e renda, com maior equidade e igualdade, trazendo velocidades distintas de desenvolvimento e dando luz às particularidades de cada bairro e região.

Pensar em novas possibilidades de investimento, projetos e ações e construí-las de forma pragmática, com método e foco em resultados foi o que buscamos no âmbito do PDS. Com esse Plano passamos a ter ambição e ao mesmo tempo a responsabilidade de entregar de forma perene e perpassando gestões uma cidade mais igual, mais longa, preparada para as mudanças do clima, cooperativa e pacífica.

O planejamento nos permite criar, nos arriscar, mudar padrões. Somente assim, com metas, com resultados, com o caminho trilhado, poderemos trazer entregas efetivas e alinhadas ao desejo dos cariocas. Estão previstos novos projetos que endereçam os grandes desafios, assim como são apresentados e definidos os principais eixos de

intervenção nas próximas décadas também chamados de Corredores de Sustentabilidade e que cruzam a cidade de norte a sul, do centro à zona oeste. Nossa ambição é que o fortalecimento destes instrumentos e, por consequência, do planejamento municipal possa amparar decisões de vida de nossos cidadãos, como ocorre em cidades como Paris, Nova Iorque e Tóquio.

A escuta atenta foi também ponto central de toda a construção coletiva que resultou nesse documento. Feito a muitas mãos, contou com o importante apoio de instituições de referência como a C-40, o ONU Habitat, o UNICEF, o Instituto República e a UFRJ, bem como diversos outros parceiros e grupos da sociedade civil organizada. Trouxe ainda o envolvimento de mais de 300 técnicos de mais de 40 órgãos municipais e da região metropolitana e ouviu ainda de forma atenta crianças, jovens, e a população em geral.

O PDS é um dos instrumentos do sistema de planejamento municipal, que traz diferentes ciclos e escalas de planos, e em cujo arcabouço temos ainda o Planejamento Estratégico, o Plano Diretor, os planos setoriais e o Visão 500 – que traz uma escala de tempo para 2065.

Portanto, com o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática consolidamos a cultura de planejamento no Município do Rio, pavimentando o longo prazo, com a incorporação de metas de 10 anos, e que deverão ser perseguidas por diferentes gestões, visando alcançar o desenvolvimento sustentável para todas e todos.

Mais uma vez a cidade do Rio de Janeiro confirma o seu caráter pioneiro e inovador, sendo a primeira cidade do país a se dedicar tão profundamente para a construção de um Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática, alinhada, orgulhosamente, às grandes cidades do mundo que estão produzindo grandes estratégias para os próximos 30 anos.

**Pedro Paulo**  
**Secretário de Fazenda e Planejamento**

# De olho no futuro da população carioca, o Rio reabre as portas ao mundo



O lançamento do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática (PDS) da Cidade do Rio de Janeiro concretiza a relevância do planejamento urbano com olhar para a população carioca. É fazer o Rio voltar a dar certo para os seus moradores, pensando em como a cidade pode se tornar ainda mais maravilhosa a partir da redução de suas desigualdades, tornando-a mais justa e sustentável.

A sustentabilidade sempre esteve na alma do carioca, em razão da realidade de convivência da população com a maior floresta urbana. Essa agenda internacional, tão discutida nos dias de hoje, tem no Rio de Janeiro um dos seus palcos mais importantes. Foi em 1992, com a Rio92, que a cidade transmitiu ao mundo uma forte mensagem de que precisamos proteger nossa casa comum para as gerações presentes e futuras.

Vinte anos depois, países e organizações da aldeia global voltaram a se reunir no Rio de Janeiro, desta vez para discutir sobre como acelerar a formação de um mundo melhor para todos. Com a Rio+20, reforçamos a mobilização global na construção de soluções concretas aos desafios climáticos, econômicos, sociais e ambientais que tanto impactam a vida da população mundial.

O esforço de tornar a cidade mais resiliente, sustentável e justa é contínuo na administração pública municipal. Com o lançamento do PDS, a Cidade do Rio de Janeiro caminha para o cumprimento dos seus compromissos assumidos, os de construção de uma cidade mais verde, mais justa e melhor para todos os cariocas.

O amplo alinhamento do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática com os Objetivos do

Desenvolvimento Sustentável e a Nova Agenda Urbana evidenciam a liderança carioca na implementação dos seus acordos internacionais nos curto, médio e longo prazos.

Com forte participação da sociedade, o PDS é um marco na estruturação interna de políticas públicas de forma transparente, além de ser orientado com as demandas da população carioca. O PDS também contou com a atuação de diversas organizações internacionais, o que fortaleceu a construção de ações, projetos e programas municipais baseados nos objetivos do Acordo de Paris.

Esse documento faz parte de um grande esforço da atual administração municipal de trabalhar com afinco e muito amor ao Rio para que a Cidade retome o seu protagonismo na elaboração de políticas sustentáveis, inclusivas e resilientes. Seu lançamento ocorre no mesmo momento em que a administração se reestrutura e passa a incorporar a perspectiva internacional de forma transversal nas políticas públicas, em benefício de todas as Secretarias, Autarquias e Fundações municipais. O PDS é marco importante neste momento de retorno da cidade à mesa de negociações internacionais.

**Marcelo Calero**  
**Secretário Municipal de Governo e**  
**Integridade Pública**

# Esperança: o valor da ação climática



Rio tem vocação para liderar a esperança. Da Urca a Campo Grande, de Deodoro a Grumari, da Penha a Gericinó, a cidade se espraia por

um privilegiado território que une cadeias de montanhas com nascentes e baixadas com solos altamente produtivos ao litoral e sua vocação turística. Apesar das dificuldades comuns a toda metrô-pole sul-americana, nossa identidade permanece inalterada: somos a capital natural do Brasil. Nosso compromisso é com a esperança.

Este **Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática (PDS)** é mapa e bússola que serve à construção de um Rio de Janeiro resiliente, próspero e orgulhoso de seu papel no Brasil e no mundo.

Abrigamos duas grandes florestas urbanas (Pedra Branca e Tijuca) e mantemos mais de 30% de nosso território protegido com unidades de conservação – sendo 22% da superfície total inteiramente tomada por florestas. Este patrimônio nos dá esperança de enfrentarmos um desafio que determinará o futuro de todos, principalmente daqueles que mais precisam: o enfrentamento da emergência climática aproximando sonhos e ações, metas e políticas públicas.

Oferecendo um olhar atento à realidade do Rio, o PDS é fruto da participação de funcionários da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento em cooperação próxima e sincera não só com todos os órgãos da prefeitura, mas com a sociedade civil do Rio de Janeiro e de todo o mundo. Apoiado pela C40 Cities, ONU Habitat, Unicef e pelo Governo Britânico, o plano é fruto da esperança – cada vez mais presente - de que o Rio pode voltar a dar certo.

No momento em que a agenda do clima ganha novo fôlego global, a responsabilidade de governos locais com a ação climática cresce. O Rio está pronto para chegar à Conferência das Partes da ONU em Glasgow (COP26),

em novembro deste 2021, com um rico portfólio de ações concretas, metas claras para 2030 e uma visão climática ambiciosa para 2050.

Alcançar já em 2030 a redução de 20% das emissões de gases de efeito estufa em relação às emissões do ano-base 2017 - até atingirmos neutralização das emissões em 2050 - exigirá uma ação conjunta, coordenada e comprometida por parte de todos. É possível.

Consolidar caminhos já trilhados com sucesso aproxima o horizonte nesta jornada climática ancorada na justiça socioambiental.

Há 34 anos, a Secretaria de Meio Ambiente está à frente do maior programa de reflorestamento da América Latina, trabalhando com metodologia própria baseada em instrumentos como o Plano Municipal de Mata Atlântica e o Plano Diretor de Arborização Urbana (PDAU)

Neste plano de desenvolvimento sustentável foram estabelecidas metas e ambições para todas as grandes categorias de emissores de gases de efeito estufa. O Inventário de Emissões-Base da Cidade totaliza 11,3 milhões de toneladas de carbono equivalente. O setor de transporte apresenta o principal percentual de emissões (41,25%) seguido pelos setores de energia estacionária (30,24%) e resíduos (28,51%).

Projetos como a eletrificação de 100% da frota de ônibus municipal até 2050 e a implementação de um Distrito Neutro na região central da cidade até 2030 são caminhos para chegarmos à neutralidade em 2050.

Mais energia limpa e acessível: além da redução de pelo menos 50% do consumo de eletricidade na iluminação pública até 2024, por meio de tecnologia LED, o PDS prevê a implantação de três fazendas solares de minigeração distribuída.

A eficiência energética em edifícios e a geração de energia limpa contribuem com mais empregos e atraem investimentos para a cidade.

A economia circular é a direção para um futuro em que terá sido superado um dos maiores desafios do Rio: a valoração – e gestão – de resíduos.

O primeiro passo é maximizar o aproveitamento de resíduos orgânicos – que constituem 53,2% do total da cidade – para compostagem. Mais do que evitar a ida de resíduos orgânicos para aterros, o plano prevê maior educação sobre separação de resíduos e a meta de incluir todos os bairros nas rotas de coleta seletiva.

Firmamos, neste PDS, o compromisso de manter os 3.400 hectares reflorestados – localizados, em grande parte, em áreas de pressão imobiliária – e de consolidar mais 1.206 hectares de Mata Atlântica no Rio de Janeiro construindo novas florestas concentradas nos trechos de áreas verdes mais maduros da Zona Oeste da cidade. Temos um paraíso restaurável às mãos.

A legalização de 100% das cooperativas de reciclagem integra agentes à economia circular ao criar pontos de contato com as indústrias e as cadeias produtivas de reincorporação de bens. Além de ambições climáticas, o PDS é um plano de redução de desigualdades de renda por meio da criação e formalização de trabalhos com impacto positivo no meio ambiente.

No Rio, a meta é de que 40% dos empregos na cidade sejam verdes até 2030.

O Hortas Cariocas, programa já existente que contrata pessoas de comunidades próximas para produzirem alimentos orgânicos, é um bom exemplo de emprego verde que deve ser incentivado e ampliado nos próximos anos.

Até 2030 duplicaremos a produção de alimentos por meio do programa, garantindo segurança alimentar, renda verde e educação ambiental nos territórios que mais precisam.

Para apoiar essas iniciativas estruturantes, estão previstos investimentos mínimos de 350 milhões de reais ao ano para o desenvolvimento sustentável da cidade e a implantação de projetos até 2030.

Até 2030, o Rio construirá soluções baseadas na natureza para os desafios do espaço urbano. A meta de revitalização de 300 km de vias e espaços públicos, com drenagem urbana sustentável e ampla arborização integra mobilidade à necessidade de uma infraestrutura resiliente às mudanças climáticas.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável identifica objetivos comuns entre governo e sociedade civil. Este é o plano da esperança de um futuro mais verde e democrático. E o resultado, que é fruto de uma construção com intensa participação social, apresenta meta ambiciosa: conquistar um ambiente de justiça climática para o Rio de Janeiro.

Estamos prontos para retomar o protagonismo ambiental histórico da cidade: **o Rio vai voltar a dar certo.**

**Eduardo Cavaliere**  
**Secretário de Meio Ambiente da Cidade**



## 1.2. Mensagem dos Parceiros



### 1.2.1 C40

A Cidade do Rio de Janeiro tem tido um papel de destaque na agenda climática nas últimas décadas. A Rio *Earth Summit*, em 1992, marcou a criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) e a Rio+20, em 2012, foi um evento crucial na agenda da economia verde e do desenvolvimento sustentável. O Rio foi também a primeira cidade do Brasil a ter um inventário de emissões de gases de efeito estufa e uma Lei de Mudanças Climáticas, e atualmente sedia o único escritório da C40 na América Latina.

Agora, a cidade dá mais um passo ousado e inovador em seu compromisso climático com a publicação do seu primeiro Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática, alinhado aos objetivos do Acordo de Paris, e estabelecendo uma rota clara para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C e adaptar a cidade aos impactos climáticos.

Lançado pelo Prefeito Eduardo Paes em 2016, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro assinou o documento “Deadline 2020”, um compromisso global das cidades C40 para alcançar zero emissões líquidas e resiliência climática até 2050, comprometendo a cidade a fazer sua parte para cumprir a meta mais ambiciosa do Acordo de Paris de limitar o aumento da temperatura global em 1,5°C.

O Rio firmou este compromisso, o que permitiu o início do processo de desenvolvimento do plano. A C40 se orgu-

lha de ter apoiado a cidade em cada passo neste caminho. Desde a revisão do terceiro inventário de emissões de GEE até a modelagem de cenários de redução de emissões, incluindo engajamento com a sociedade civil, listando metas e ações prioritárias e fornecendo assistência técnica em eventos como a Academia de Adaptação em Roterdã, na qual vários funcionários da cidade participaram de reuniões e treinamentos aprofundados no tema durante uma semana. Temos o prazer de confirmar que nossas equipes técnicas validaram que o Plano está totalmente de acordo com o C40 *Climate Action Planning Framework*, a metodologia utilizada em todas as cidades C40 em todo o mundo.

A cidade do Rio de Janeiro se certificou de ter um processo coletivo e inclusivo durante todo o desenvolvimento do PDS. Desde a bem-sucedida plataforma virtual Participa.Rio até as múltiplas reuniões presenciais com cidadãos em diferentes partes da cidade, este Plano reflete este conjunto amplo e diversificado de vozes locais. A mobilização de toda a administração municipal, incluindo agências e secretarias relacionadas ao meio ambiente, planejamento urbano, gestão e monitoramento de dados, finanças, transporte, gestão de resíduos e outros, foi fundamental para dar a este Plano a qualidade transversal que ele possui atualmente.

O PDS estabelece um caminho claro para a construção de uma cidade sustentável, resiliente e inclusiva. Metas como a redução em 10% do tempo médio de deslocamento por transporte público entre casa e trabalho, e quadruplicar o número de viagens por bicicleta são exemplos de como liderar uma transição para o transporte de zero emissões. Também é notável a implementação de um Distrito Neu-

tro de Emissões no centro da cidade até 2030, e as metas para implantar energia solar distribuída e melhorar a gestão sustentável dos resíduos da cidade. O Plano também se concentra nas principais ações de adaptação aos riscos climáticos da cidade, tais como a meta de não ter mais nenhuma pessoa morando em áreas de alto risco de inundações e movimentos de massa até 2030, bem como duplicar a cobertura arbórea em ruas, praças e parques nas áreas mais expostas a altas temperaturas até 2030.

Além disso, a ação climática ajudará a conduzir uma recuperação verde ao definir a meta de um aumento de 40% em empregos verdes e novos investimentos. Isto não só garantirá um futuro zero carbono e resiliente, mas também um futuro que proporcione aos cariocas maior inclusividade social e econômica, e melhores condições de saúde.

A integração do Plano de Ação Climática na Agenda 2030 e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável solidifica ainda mais a sinergia da ação climática em todas as metas sociais, econômicas, de saúde e ambientais da cidade.

Em um momento crítico da crise climática, parabênizo a cidade do Rio de Janeiro por sua liderança, no Brasil, na América Latina e internacionalmente para ajudar a garantir um futuro seguro para seus cidadãos e para o mundo. A C40 segue à disposição para caminhar de mãos dadas com o município nos próximos passos para a implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro.

**Mark Watts**

Diretor Executivo da Rede C40  
c40.org



### 1.2.2. ONU Habitat

O Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, representa um enorme avanço no planejamento participativo de curto, médio e longo prazos da cidade. Além de um compromisso com a sociedade, é um plano orientado e inspirado nas agendas globais de desenvolvimento urbano das Nações Unidas, como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, incluindo os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e a Nova Agenda Urbana, declaração resultante da Conferência Habitat III que repensa o fenômeno da urbanização e estabelece diretrizes para a gestão urbana.

Foi com imensa alegria que o ONU-Habitat teve a oportunidade de participar ativamente de todo o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática, desde a sua concepção até na organização e realização de oficinas participativas em diversas partes da cidade. Foi um processo contínuo de aprendizagem e construído coletivamente, liderado pela Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento através de seu Escritório de Planejamento, mas que contou com diversas pessoas e instituições parceiras. O resultado, como não poderia ser diferente, é um plano bem estruturado, robusto, detalhado, monitorável e com metas claras

de onde se quer chegar. O Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática resulta de um processo participativo que contou com o engajamento de muitas e muitos cariocas que querem um futuro melhor para sua cidade, e que entendem que as responsabilidades são compartilhadas.

Sabemos que mais da metade da população mundial vive em ambientes urbanos e que este número cresce a cada ano. No caso do Brasil, por exemplo, a população urbana ultrapassa hoje 87% da população total do país. Igualmente somos conscientes de que a urbanização gera riquezas, mas que há grandes desafios para distribuição igualitária das mesmas. A desigualdade não só afeta o país, e suas cidades, como se reflete no espaço urbano. Possuir um plano e a prática do planejamento integrado e participativo, orientados por uma visão de longo prazo e metas escalonadas, mostra que a cidade do Rio de Janeiro, mais uma vez, concretiza as orientações das agendas globais de desenvolvimento produzidas no âmbito do Sistema das Nações Unidas no nível local. É exatamente este esforço que o ONU-Habitat, enquanto agência da ONU responsável pelos temas urbanos e autoridade locais, busca promover junto aos seus parceiros.

Considera-se que o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Prefeitura da Cidade do Rio

de Janeiro deve ser um exemplo, uma inspiração, para outros municípios do Brasil e do mundo. Além de considerar as especificidades do território da cidade, este Plano foca nas pessoas de maneira inclusiva e orienta-se a partir de uma ótica dos direitos humanos buscando responder ao princípio norteador da Agenda 2030: “não deixar ninguém para trás”, no mesmo sentido em que busca não deixar nenhum lugar para trás.

O ONU-Habitat agradece a oportunidade de ter participado de todo o processo, a convite da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, que é uma parceira histórica e de primordial importância para nossa instituição. É por conta justamente dessa parceria que temos, na cidade maravilhosa, nosso Escritório Regional para América Latina e o Caribe e uma equipe específica dedicada aos programas, projetos e iniciativas no Brasil. E foi com muito carinho que apoiamos a Prefeitura, em cada etapa do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática, para que ele refletisse o que tem de mais novo e inspirador do cenário internacional e de boas práticas de gestão urbana.

Muito obrigado.

#### **Alain Grimard**

Representante do ONU-Habitat para o Brasil e Cone Sul

### 1.2.3. Instituto República

O papel do planejamento, sociedade civil e profissionais públicos na construção de políticas para uma gestão municipal eficiente.

Todo município tem um cenário local difícil, enfrenta desafios específicos e possui características, relações e dinâmicas complexas que os diferenciam de seus vizinhos. Sua população, desenvolvimento e relações sociais, econômicas e culturais são frutos de sua história e concepção do seu território.

Neste contexto, a gestão municipal e, claro, os servidores públicos e formuladores de políticas que a compõem, possuem um papel fundamental de garantir um funcionamento efetivo do aparato estatal, a transparência das contas públicas e serviços de qualidade para a população.

Em uma cidade global como o Rio de Janeiro, cheia de potencial e também de grandes desafios, a gestão municipal não é um trabalho fácil - e essa é uma característica inerente à administração pública, com seus processos complexos e burocracias. Por isso, a sociedade civil também possui um papel fundamental neste processo. As organizações sem fins lucrativos e entidades de participação popular apoiam governos na formulação colaborativa de políticas públicas eficientes, por meio do diálogo com a população local, estudos e da produção de evidências.

Além disso, a gestão de pessoas em governos é necessária para a melhoria

da produtividade dos servidores públicos, que também necessitam de valorização, capacitação e preparo para que estejam prontos para enfrentar os diversos desafios complexos que os municípios possuem. Neste sentido, o planejamento estratégico baseado em objetivos e metas, com ações e prazos estabelecidos, tal como o PDS da Agenda 2030 do Rio de Janeiro, cumpre uma função essencial para o combate às mudanças climáticas, a construção de uma governança colaborativa e efetiva, o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades sociais e econômicas profundas da nossa cidade.

Por trás de cada serviço ou instituição pública, existem profissionais públicos que trabalham dia e noite para garantir a sua implementação, pleno funcionamento e qualidade. Os grandes desafios enfrentados pelo Brasil, com cerca de 5.570 municípios distribuídos em um território continental e com grandes disparidades regionais, são relacionados à saúde, educação e segurança pública. Essas áreas são as que mais dependem de capital humano e as que possuem a maior quantidade de pessoas atuando no serviço público. E é por essa razão que precisamos de um Estado forte, porém eficiente e com menos burocracia, para enfrentar os problemas existentes e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Desta forma, é necessário garantir que governos tenham políticas claras e efetivas de recrutamento e atração de profissionais públicos, avaliação de desempenho por meio de indicadores definidos, capacitação e desenvolvimento de competências e habilidades, para uma gestão efetiva e transparência, com planejamento e foco em metas e serviços de qualidade oferecidos à população. E, nestes quesitos, ainda

temos muito a avançar no Brasil, e as parcerias e colaborações estratégicas entre governos e organizações da sociedade civil, tais como a República.org, são fundamentais neste processo.

Em tempos de crise, como a que estamos atualmente vivendo, os governos costumam ser mais eficientes, porque possuem metas claras a atingir e uma forte motivação. Um dos pontos centrais de aprendizado com a atual situação talvez seja que profissionais públicos bem preparados, valorizados e protegidos, munidos de planos estratégicos de médio e longo prazo e processos de avaliação de risco implementados, sejam fundamentais para uma sociedade mais saudável e igualitária, com serviços públicos que melhor atendam às necessidades de toda a população, principalmente das comunidades mais vulneráveis e em momentos difíceis.

E é por isso que nós, da República.org, trabalhamos para valorizar os servidores públicos e melhorar a gestão de pessoas de governos em todo o Brasil. Entendemos que todo profissional público pode desenvolver a sua excelência a partir de uma visão de longo prazo, aptidão técnica, reconhecimento, capacitação, foco em efetividade e busca por uma implementação de políticas públicas baseadas em evidências.

Em nosso dia a dia, como uma organização social de *grant-making*, além de apoiar e financiar projetos e iniciativas com foco em formação, reconhecimento e construção de redes de pessoas que trabalham no setor público, nós também apoiamos a produção de evidências e o planejamento estratégico na administração pública. Porque nós acreditamos que governos importam, e profissionais públicos, também.

**Instituto República**

#### 1.2.4. UFRJ - FAU - PROARQ

Pensar e reconhecer a existência de diversas infâncias e suas desigualdades na interação com a cidade é uma forma de resistência e de ação para enfrentar as muitas assimetrias e múltiplas e perversas realidades existentes no território da cidade do Rio de Janeiro. A partir desse entendimento, e no momento da crise humanitária mundial nesse ano de 2020, nos ressentimos do usufruto dos espaços livres públicos enquanto lugar eminente da vida social e da força das relações interpessoais.

Pensar em possibilidades outras das infâncias habitarem a cidade inclui pensar em como essas novas condições irão afetar a experiência da criança na cidade. E essa vivência recai fortemente sobre a escola que agora mais do que nunca precisa se reinventar, de forma que os territórios de aprendizagem possam se expandir para além dos seus muros, com um entorno seguro e condições adequadas de percurso.

Nesse contexto, destacamos a potência da atuação conjunta e colaborativa entre a universidade e os agentes públicos e privados envolvidos na gestão e planejamentos urbanos com vistas a enfrentar os desafios postos às cidades do século XXI através de processos participativos e inclusivos. Essa discussão se alinha à discussão mundial sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, buscando uma alternativa viável ao enfrentamento dos grandes desafios urbanos: sustentabilidade socioambiental, segurança física e combate às desigualdades, melhorias de habitabilidade e de desempenho educacional e afetivo. Ao contribuir com o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática desenvolvido pela Prefeitura do Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Rio de Janeiro alinha-se aos princípios da cidadania global, com a valorização de diversidades e da educação para o desenvolvimento sustentável, permitindo:

- Contribuir com a formação de uma consciência crítica sobre a cidade e a construção da cidadania dos estudantes;

- Contribuir com a visibilidade e autonomia dos atores sociais que compõem as relações entre escola-cidade, reconhecendo-os como sujeitos de direitos à cidade;
- Resgatar a vitalidade da cidade e do espaço público, a partir do reconhecimento das oportunidades educativas dos territórios;
- Divulgar e compartilhar a visão coletiva das crianças sobre a cidade e sobre seu futuro.

Como precedente a essa atividade em parceria, os grupos de pesquisa envolvidos têm desenvolvidos estudos sobre as relações entre espaços livres públicos e privados e seus territórios educativos. Esse entendimento se apoia na interface entre questões da paisagem urbana, que explicita as contradições dos processos constitutivos dos espaços livres públicos como mediação entre os tecidos físico-urbanísticos e sociais, e as desigualdades que se expressam materialmente nos espaços das cidades. Esses contextos demandam a revisão urgente de políticas públicas que se pautam na inserção de atores sociais invisibilizados, dentre esses as crianças e jovens em situações de vulnerabilidade.

Como desdobramento desses processos investigativos e parte das atividades conjuntas dos grupos de pesquisa Grupo Ambiente Educação-GAE e Sistemas de Espaços Livres no Rio de Janeiro-SEL/RJ, em 2019 foi proposta a atividade “Mapeamento Afetivo da Cidade do Rio de Janeiro”, em parceria com o Escritório de Planejamento da Subsecretaria de Planejamento e Acompanhamento de Resultados da atual Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento e com a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Em proces-

so colaborativo, os grupos de pesquisa e os técnicos municipais, com base em conceitos discutidos entre as equipes, elaboraram métodos e instrumentos operacionais que viabilizaram a realização dessa atividade com as escolas de Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal do Rio de Janeiro, com o intuito de entender a diversidade e a complexidade da cidade a partir do olhar dos estudantes.

Essa parceria resultou numa equipe híbrida que contou com a colaboração de estudantes de graduação e pós-graduação, pesquisadores, professores da UFRJ e de instituições acadêmicas nacionais e internacionais, e os técnicos municipais da Subsecretaria de Planejamento e da Secretaria de Educação. Ao reconhecer que uma cidade acolhedora para as infâncias é boa para todos, pretendeu-se reforçar o protagonismo das crianças como agentes transformadores da cidade e incluir os resultados dessa participação no Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática do Município do Rio de Janeiro (PDS). A parceria entre as equipes se pautou no entendimento segundo o qual reconhecer a cidadania das crianças é o primeiro passo na construção de cidades mais responsivas, sustentáveis e resilientes.

Após os trabalhos iniciados em julho de 2019, a produção do Mapeamento Afetivo traduziu a percepção dos estudantes sobre os espaços públicos da cidade vivenciados diariamente, identificando suas necessidades e desejos, em diferentes contextos urbanos, possibilitando reflexões, análises comparativas e desdobramentos. A produção do Mapeamento Afetivo traduziu a percepção dos estudantes sobre os espaços públicos da cidade vivenciados diariamente, identifican-

do suas necessidades e desejos, em diferentes contextos urbanos, possibilitando reflexões, análises comparativas e desdobramentos.

O trabalho colaborativo se consolidou numa discussão acerca da criança como sujeito de direitos, a partir de suas experiências espaciais e seu habitar na cidade. Ao pensar a criança e o jovem como co-autores e co-construtores de territórios educativos, objetivou-se dar visibilidade a sujeitos que geralmente não têm oportunidades de opinião e participação em políticas públicas, em uma concepção das infâncias como cidadania crítica.

Deste modo, as parcerias entre a universidade, a sociedade e a gestão pública podem contribuir com políticas voltadas ao planejamento e ao desenvolvimento sustentável que valorizem a participação social de forma a pensar em ações concretas de enfrentamento em espaços de aprendizagem outros que reconheçam a potência educativa da cidade. Precisamos refletir sobre o habitar das infâncias em uma cidade saudável que possa ser pensada em parceria com as crianças e jovens, pois as lições de rua protagonizadas pelas infâncias têm demonstrado com incrível nitidez a potência da participação desses sujeitos nas decisões sobre a cidade.

### **Professoras Vera Regina Tângari e Giselle Nielsen de Azevedo\***

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Programa de Pós-graduação em Arquitetura

\* Coordenadoras pela UFRJ da Pesquisa Mapeamento Afetivo da Cidade do Rio de Janeiro

## 1.2.5. Unicef

### **A participação das crianças, dos adolescentes e dos jovens para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.**

O alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em 2030 ficou ameaçado pelo COVID-19. Este ano, iríamos iniciar a década da aceleração e agora, após tantos retrocessos causados pela pandemia, teremos que enfrentar os próximos 10 anos como a década da recuperação para o alcance da agenda 2030. Estamos em tempos de transformações velozes, com futuro de contornos indefinidos e com validade limitada. A linguagem e a educação formal ainda não acompanham a velocidade das mudanças. Vivemos imersos em volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade. Torna-se necessário mais do que pessoas espertas, pessoas despertas para ir ao encontro das soluções inéditas. Se torna urgente uma educação para a presença, para a criatividade, para o despertar. Isso exige ideias, posturas, fazeres inovadores. E as crianças, os adolescentes e os jovens podem, querem e têm potencial para contribuir.

Para se conseguir enfrentar a pobreza, acabar com a fome, garantir saúde, bem-estar e educação de qualidade é fundamental que os jovens possam participar das decisões de planejamento das cidades. Com o engajamento efetivo das crianças e adolescentes, gestores podem avaliar as políticas públicas por meio da perspectiva de

quem está na ponta dos serviços e depende da qualidade dos programas.

Para se conquistar igualdade de gênero, redução das desigualdades e que cidades e comunidades sejam sustentáveis é essencial que os jovens possam estar mobilizados, engajados e acreditando em si mesmos com as contribuições de suas singularidades para trazer visões e ações novas que possam dialogar com a realidade inédita que se apresenta.

“Como não sabia que era impossível, foi lá e fez” – esta conhecida frase pode se estender a todos neste momento em que os parâmetros convencionais já não atendem ao que estamos vivendo hoje. Os mais jovens por não estarem impregnados de conceitos, definições e outros nortes são exatamente a nossa grande fonte de inspiração para lidar com essa nova realidade.

Para se enfrentar a mudança climática, garantir energia limpa e acessível, conjugar trabalho decente com crescimento econômico e consumo com produção responsável, é impres-

cindível ter abertura para o pensamento crítico e apostar na tendência de quebra padrões, tão típicos da fase da adolescência e juventude.

Jovens, quando estimulados a inovar, têm a capacidade de contribuir para produzir mudanças sociais positivas. Em especial, podem promover soluções criativas para resolver conflitos inter-geracionais e quebrar o ciclo da pobreza. Os jovens de hoje em dia tiveram mais oportunidade de educação que seus pais, em especial aqueles de famílias pobres, tendo portanto um repertório mais amplo para produzirem relações novas e mais saudáveis com os adultos e elevar a família para outro patamar de estrato socioeconômico. Investir na adolescência e juventude é estratégico para produzir desenvolvimento, reduzir a pobreza e promover a paz.

Um outro aspecto estratégico que chama pela participação dos jovens é a sua abertura e sua habilidade em lidar com tecnologia de informação e comunicação. Hoje esta habilidade é chave para o desenvolvimento pessoal e de toda sociedade, e cada vez mais



assim será. Crianças e adolescentes já vivem novas formas de brincar, dialogar, estudar, e interagir com o mundo. Cabem aos governantes garantir que essas oportunidades sejam iguais para todas e todos.

A juventude atual nasceu e cresceu num período em que já estavam em vigor paradigmas de direitos humanos e preceitos da democracia. A participação dos jovens vem fortalecendo ainda mais a democracia, e com sua atuação forja-se um novo e potente ator social. Nas últimas décadas, foram criados no país diversos espaços para escutar a opinião e as reivindicações de adolescentes e jovens. Mas tanto no campo da legislação quanto na área institucional, é preciso avançar ainda mais para promover a efetiva participação de crianças e adolescentes nos espaços formais e informais de tomada de decisão. É na força da participação que está um grande potencial: a democracia do país. E a agenda das crianças e adolescentes não está completa se a participação não estiver no mesmo nível dos demais direitos.

A Convenção dos Direitos da Criança da ONU e o Estatuto da Criança e do Adolescente conferem que participação das crianças é, além de um direito, uma fundamental contribuição para o enfrentamento dos desafios atuais e futuros. O Fundo das Nações Unidas, UNICEF, levanta a bandeira pelo respeito e relevância à opinião das crianças. As crianças têm o direito de dar suas opiniões livremente em questões que as afetam. E UNICEF alerta: os adultos precisam ouvir e levar as crianças, os adolescentes e os jovens a sério. Não basta apenas escutar as meninas e meninos da Cidade. É imprescindível levar em conta sua voz e promover processos participativos nas decisões que impactam suas vidas.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Prefeitura do Rio de Janeiro foi construído a partir de um amplo processo participativo, incluindo a participação de crianças e adolescentes através da rede escolar municipal. Para que suas ações sejam de fato implementadas a médio e longo prazo, é essencial que se garanta a continuidade da participação dos jovens para se atingir os cenários almejados em 2050 e restabelecer os avanços para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em 2030.

#### **Luciana Phebo**

Coordenadora do Território Sudeste e Chefe do Escritório do Rio de Janeiro Unicef  
[www.unicef.org/brazil](http://www.unicef.org/brazil)

### **1.2.6. Demais parcerias técnicas**



#### **ABRAPS - Associação Brasileira dos Profissionais pelo Desenvolvimento Sustentável**

As cidades, em especial os centros mais urbanizados por essência, são compostos de grandes adensamentos conglomerados de pessoas quando comparada com outras regiões de ocupação como as zonas rurais ou qualquer outra também ocupadas por nós. Porém, esta seria apenas a visão fisiológica deste contexto. Isso porque mais do que uma determinada demarcação regional ocupada, as cidades são compostas de fluxos contínuos, dinâmicos e pulsantes de convivência, expectativas, necessidades e desejos das pessoas.

Fluxos estes que podem gerar muitas convergências, mas também tantas outras contradições que se materializam em desafios expressivos em áreas como saneamento, saúde, meio ambiente, educação, cultura, segurança, transporte, infraestrutura e tantas outras que estão diretamente relacionadas com a saúde e qualidade de vida e, portanto, o bem-estar de todos. Assim, a agenda fomentada pelos 17 ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) são referências fundamentais e plenamente aplicáveis a qualquer plano de gestão e desenvolvimento de toda e qualquer cidade, em especial nas grandes capitais, como é o caso do Rio de Janeiro com taxas de ocupação demográficas mais acentuadas.

Portanto, acreditamos que a implementação da Agenda 2030 na cidade do Rio de Janeiro é uma importante ferramenta para o planejamento local de médio e longo prazos e para o aprimoramento de políticas públicas, contribuindo também para o alcance dos ODS no nível nacional. Ademais, a disseminação de conhecimentos e práticas relacionadas à Agenda 2030 nos governos locais, contribui também para que outras instituições, tais como empresas privadas e organizações sociais se motivem na forma de planejar, interagir e se articular em parcerias para construção conjunta de soluções que visem ao atendimento das necessidades reais de todos os conviventes deste amplo espaço de convivência e fluxo contínuo de trocas e expectativas que chamamos de cidade.

#### **Fabiano Rangel**

Presidente da ABRAPS  
[abraps.org.br](http://abraps.org.br)





## Defensores do Planeta

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS foram construídos na Rio+20 com a participação da Defensores do Planeta e foi aprovada em 2015 na ONU. A Agenda 2030 é o documento norteador dos países e cidades para o alcance dos ODS. O Rio sediou duas vezes o debate mundial para o desenvolvimento sustentável e não poderia ficar de fora da Agenda 2030.

A cidade do Rio de Janeiro avança em direção ao futuro, realizando o alinhamento municipal dos ODS às políticas sociais, ambientais e econômicas em consonância com o Plano Plurianual

- PPA. Desta forma, a cidade ganhará maior visibilidade, investimentos, reconhecimento socioambiental e parcerias nacionais e internacionais para a implementação da Agenda 2030.

Frente aos cenários climáticos extremos no mundo, as cidades precisam construir formas de atenuar os prováveis danos. Os ODS reconhecem que combater a mudança global do clima é essencial ao desenvolvimento sustentável e a cidade do Rio de Janeiro se prepara através do seu Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática - PDS.

O Rio construiu o seu PDS em parceria com a sociedade civil, representando um plano atualizado e em diálogo com o acordo de Paris, o que proporciona um destaque nos debates interna-

cionais com as principais cidades do mundo na luta contra as mudanças climáticas.

Como a ONG Defensores do Planeta é representante da sociedade civil nas Nações Unidas (ONU), nos enche de orgulho ver a cidade do Rio de Janeiro participando das conferências internacionais e construindo, junto com as principais cidades mundiais, parcerias e rede de cooperação para o desenvolvimento sustentável, demonstrando que o Rio está no caminho para uma cidade que cresce em políticas públicas e referência mundial.

### Mauro Pereira

Biólogo e diretor executivo da Defensores do Planeta  
[www.defensoresdoplaneta.org.br](http://www.defensoresdoplaneta.org.br)



## Instituto Terrazul

Os desafios da construção de cidades sustentáveis são muito grandes, vários paradigmas precisam ser mudados para o alcance de uma sociedade mais justa, economicamente viável, culturalmente diversa e ambientalmente correta.

É preciso muita dedicação, trabalho e crença para demonstrar que é necessário mudar. Nosso modelo atual de desenvolvimento está falido e o caminho para nossa sobrevivência deve começar com a discussão, construção e implementação de políticas públicas que levem a sociedade a se engajarem coletivamente na busca de uma nova forma de viver.

O Instituto Terrazul acredita que somente a gestão compartilhada com os diferentes segmentos organizados da sociedade, dará conta das mudanças necessárias para alcance destes desafios.

Enxergamos no Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro uma excelente oportunidade para este começo. Elaborado de forma participativa e democrática, o Plano traz a oportunidade de integração das diferentes políticas públicas e dá o norte para que o gestor público possa administrar a cidade de forma integrada.

Acreditamos que o atendimento às metas da Agenda 2030 não será possível sem a articulação coordenada e articulada com a sociedade e o Plano apresenta medidas concretas para este enfrentamento, assim como, ações para adaptar a cidade as mudanças climáticas.

Assim, é preciso garantir a implementação dos cinco temas transversais do Plano e o da Governança assume papel de grande relevância. Garantir uma cidade de governança responsável, transparente, integrada e planejada objetivando a garantia de direitos a todos e todas deve ser responsabilidade de todas as esferas de governo, quer seja do executivo, do legislativo ou do judiciário.

O PDS nos traz boas perspectivas para o futuro, agora depende de todos nós tirarmos as metas do papel, arregaçarmos as mangas de nossas camisas e nos envolvermos com a gestão de nossa cidade.

### Marcos Sant`Anna Lacerda

Arquiteto/Urbanista e presidente do Instituto Terrazul  
[www.institutoterrazul.org.br](http://www.institutoterrazul.org.br)